

## EY2010 Journalist Award PORTUGAL

### Winner print/online

**Luis Villalobos**

**Article title: "Há 243 mil famílias em Portugal sem acesso a contas bancárias" ("There are 243 thousand families in Portugal without access to bank account")**  
**Published in: Jor (Público), 16/11/2010**



Luís Villalobos, 37 years old, has a major degree in History and is a professional journalist since 1992. Presently, he is one of the editors of the business section in the daily national newspaper Público, of Portugal. He has won two awards (Revelation journalist of the year, in 1994, and second prize on the first edition of the "Journalistic Excellence Award", of Citibank, in 2008). Among other things, he was the co-author of a book, "Negócios Vigíados", -- published in 2008 by Oficina do Livro, regarding the links between companies and the political police of Estado Novo, the dictatorship that ended in Portugal in 1974, and was the coordinator of a book about employment opportunities, "Quero um emprego!" that was published by Gradiva in October of 2010.

## Destaque

**Exclusão 51 por cento dos agregados sem acesso aos bancos vivem na pobreza**

Paula Rocha quer primeiro ter o ordenado fixo para abrir uma conta



Sandra Lopes, 30 anos e quatro filhos, sente falta de pagar a prestações



# Há 243 mil famílias em Portugal sem acesso a contas bancárias

Cerca de 6,3 por cento dos agregados familiares não têm contas à ordem em Portugal, segundo dados obtidos pelo PÚBLICO junto do INE. Sinais de exclusão financeira mas também social

Luís Válio dos (texto) e Daniel Rocha (fotos)

● Há 243 mil famílias em Portugal que não têm nenhuma conta bancária, o que corresponde a 6,3 por cento do total de agregados familiares — são os excluídos do sistema financeiro com impactos sociais. De acordo com o INE, que recolheu estes dados no âmbito de um inquérito sobre as condições de vida e rendimento dos portugueses, 71 por cento destas famílias afirmam que não tinham contas bancárias por não precisarem, preferindo fazer as suas transações em dinheiro.

Os restantes 29 por cento estarão assim marginalizados por absoluta falta de capacidade financeira para abrir uma conta à ordem, mas também por estarem im pedidos legalmente devido a irregularidades.

No entanto, e ainda de acordo com as informações recolhidas pelo PÚBLICO junto do INE, cerca de 51 por cento dos agregados familiares que não têm conta bancária ganhavam, em 2007, 4879 euros (406 euros por mês), valor inferior à linha de pobreza relativa.

Este indicador não surpreende o sociólogo Sérgio Azeite, diretor do Observatório da Luta Contra a Pobreza, pois "traduz a realidade portuguesa, onde a percentagem de pobres é muito elevada". A recolha destes dados foi conduzida pelo INE entre Maio e Julho de 2008, mas estão disponíveis, a nível interno, apenas desde Setembro deste ano. As informações são enviadas

para Bruxelas, prevendo-se que os dados relativos a todos os Estados membros sejam disponibilizados em Dezembro. Esta é a primeira vez que a recolha de dados é efectuada desta forma pelo INE, pelo que não há dados comparativos que permitam perceber se houve ou não um aumento deste indicador. Sandra Lopes, de 30 anos, aumadas muitas pessoas que não têm conta bancária. Mãe de quatro filhos, o último dos quais bebé, está desempregada há dez anos.

### Finanças alternativas

Tinha o seu nome numa conta, da qual o marido era o titular. O uso indevido de cheques estendeu temporariamente esta família do sistema bancário, mas apesar de Sandra Lopes já poder abrir uma conta, ainda não o fez. "Tinha que ir à junta de freguesia para ter um documento a confirmar que eu estava desempregada, e depois tinha de reunir ainda mais papelada. É preciso bom dinheiro para abrir e ter uma conta", justifica. Quando tem uma ocupação, mas não propriamente um emprego, faz biscautas nas casas e recebe os pagamentos em numerário. Rendimento fixo na família só mesmo os 130 euros dos abonos de família, e num mês em que tudo corre bem os seis podem contar com 300 euros para todas as necessidades.

Neste contexto, ter uma conta não é uma prioridade, mas Sandra Lopes sabe que "daria jeito para algumas coisas", como, por exemplo, "com-

prar a prestações". Para já, recorre à senhoria, a quem endossa o cheque que recebe e que lhe paga o valor em dinheiro, que usa depois para pagar as despesas da família.

Paula Rocha, de 50 anos, também tem o passado a marcar as suas relações com os bancos. O ex-marido passou uma série de cheques sem cobertura e ficou um bocado durante oito anos, enquanto co-titular, de voltar a ter uma conta bancária. Só que já passavam mais que três anos desde o fim da penalização e continuavam ter qualquer tipo de contacto com os bancos. Hoje Paula Rocha vive sozinha e,



O dinheiro movimenta-se como principal forma de pagamentos de baixo valor, servindo como uma conta à exclusão

dez, foi-se habituando a gerir a vida financeira de outra forma, ao ponto de não sentir necessidade de abrir uma conta, excepto quando precisa de pagar algo que não esteja programado. Nesses casos, quando o dinheiro falta no bolso, não há cartão Multibanco para resolver o problema.

### Falta de rendimento

Mesmo assim, percebe-se que a opção de Paula Rocha é mais uma reacção defensiva do que uma recusa em aderir ao sistema financeiro, algo que planeia vir a fazer no curto pra-

zo. Ao ganhar a vida a realizar inquéritos para uma empresa de estudos de mercado, Paula Rocha não tem um rendimento fixo mensal e precisa eventuais resultados dessa instabilidade. Quanto tiver um salário fixo, assim, pensa abrir uma conta. "Talvez no ano que vem", diz.

Há quem tenha razões mais simples de explicar, como Mário Coimbra, de 72 anos, reformado que vive sozinho e que já não tem uma conta bancária "já para 20 anos". "Não tinha dinheiro". Recebe em cheque a pensão e o complemento por dependência, que não chegam a perfazer 400 euros mensais, e tem apenas de se deslocar a um posto dos correios para levantar o dinheiro. Para as poucas despesas que faz, num curto espaço de tempo, diz que uma conta bancária "não faz falta nenhuma".

### Combate e mínimo

A existência de 243 mil famílias sem contas bancárias mostra que o uso do numerário ainda é fundamental. Caminhos para uma sociedade cada vez mais desmaterializada, que recorre aos cartões, Multibanco e Internet, mas o dinheiro continua a ser principal forma de realizar pagamentos de baixo valor. O próprio Estado reconhece a importância desta questão quando criou, em 2000, os Serviços Mínimos Bancários (SMB). De adesão voluntária por parte dos bancos, os SMB surgiram porque, de acordo com a legislação, a não-detecção de uma

conta era um entrave à obtenção de bens e serviços e "factor de exclusão ou estigmatização social". Ao mesmo tempo, constata-se que a titularidade de conta bancária à ordem e de cartão de débito eram "necessidades de natureza essencial". Mas, nove anos depois, a sua eficácia é reduzida.

### Problema europeu

A questão da exclusão financeira, como sublinha Sérgio Azeite, é um tema que tem sido de debate na Europa, afirmando este sociólogo que uma pessoa não pode deixar de ter acesso a uma conta bancária apenas porque não tem um determinado rendimento fixo.

José Centeno, secretário-geral da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ligada ao microcrédito), considera que "a evolução das sociedades introduziu no quotidiano das pessoas comportamentos que conduzem a que aqueles que não tenham acesso aos serviços financeiros, intuímos que sejam, se sintam verdadeiramente excluídos". Ao velar o acesso, "temos a impedir essa pessoa ou agregado de aceder a serviços que não são apenas financeiros", diz. E dá o exemplo dos bancos, com "produtos para serem utilizados por crianças e adolescentes e programas que ajudam este público a gerir o seu dinheiro: é algo positivo, mas que introduz logo na escola uma diferenciação". Hoje, conclui, "não ter acesso a uma conta é gerador de exclusão não apenas financeira".





Mário Coimbra deixou de ter conta no banco porque "não tinha dinheiro"



#### Exclusão financeira

6,3%

das famílias de Portugal não têm nenhuma conta bancária, ou seja, 243 mil famílias

71%

das famílias que não têm conta afirmaram ao INE que a razão principal é "não precisar", preferindo as transações em dinheiro

51%

das famílias sem conta bancária vivem apenas com 406 euros por mês, abaixo da linha de pobreza relativa

8

bancos aderiram aos Serviços Mínimos Bancários (SMB) a custo reduzido, criados em 2000. Mas em 2008 havia dois bancos sem conta deste tipo

763

contas "vivas" foram criadas no âmbito dos SMB, segundo dados de 2008 do Banco de Portugal

#### Serviços Mínimos Bancários

### Banco de Portugal diz que há um "desconhecimento generalizado"

Em 2000, o Estado criou um mecanismo de acesso a Serviços Mínimos Bancários a custo reduzido, de adesão voluntária por parte das instituições financeiras. Oito bancos, que representam 95 por cento da rede de bancos em Portugal, aderiram ao projeto. No final do ano passado, porém, havia apenas 763 contas "vivas", segundo o relatório de supervisão comportamental do Banco de Portugal. Em 2007, havia 1841.

Os bancos justificaram esta diminuição com a passagem de contas para outros tipos de depósitos, sendo reclassificadas 1122. Outras 27 foram encerradas por não cunhamento das regras mínimas, e 85 foram canceladas por iniciativa dos próprios titulares. Em 2008 foram também abertas 158 contas ao abrigo dos Serviços Mínimos Bancários (SMB), repartidas por apenas dois bancos, o que demonstra que nem todos os aderentes estão a dinamizar esta iniciativa.

Olhando para os dados do Banco de Portugal, 63 por cento dos SMB estão concentrados numa só instituição (não identificada) e, por outro lado, há dois bancos que nem uma conta "viva" tinham em 2008.

Para o Ministério das Finanças, o regime dos SMB é "um importante instrumento para a proteção dos clientes bancários com rendimentos mais reduzidos, designadamente quanto à possibilidade de estes beneficiarem de um regime mais favorável em termos de comissões de manutenção de conta bancária". O ministério liderado por Teixeira dos Santos defende que este responde "cabalmente ao propósito que esteve na sua origem - proteção dos clientes bancários com rendimentos mais re-

duzidos". No entanto, fonte oficial disse ao PÚBLICO que já foi solicitado ao Banco de Portugal "um ponto de situação do seu cumprimento da aplicação do regime", e que em função da avaliação irá ponderar "os ajustamentos que se revelem necessários para assegurar integral respeito pelos interesses dos consumidores".

Deco quer conta do cidadão O "combate à exclusão financeira tem sido uma das prioridades" do Banco de Portugal, disse fonte oficial desta instituição. "No âmbito da fiscalização das práticas das instituições de crédito aderentes a este regime, o Banco de Portugal tem vindo a emitir recomendações e terminações específicas para a sanção de irregularidades detetadas". Houve mesmo um banco, cujo nome não foi revelado, que cobrou comissões desnecessárias e vãs, sendo depois obrigado a devolver o dinheiro



Banco central está a levar aos SMB

aos clientes, no valor de 14,3 mil euros. A mesma fonte sublinha que, apesar do conjunto de instituições que participam neste regime "representar um significativo peso no mercado, há uma utilização muito reduzida do mesmo por parte dos clientes bancários". A taxa de utilização dos SMB pode ser explicada, pelo menos parcialmente, segundo a instituição liderada por Vítor Constâncio, pelas restrições que o actual regime prevê, como o acesso exclusivo a não-titulares de outras contas bancárias e a exigência de um saldo mínimo para a sua manutenção (23,4 euros).

No entanto, para o Banco de Portugal, "um dos maiores obstáculos à utilização do regime dos SMB podem ser o desconhecimento generalizado, por parte dos cidadãos, da sua existência e modo de funcionamento, devido a uma insuficiente divulgação do mesmo - designadamente por parte das instituições aderentes".

José Cerezo, secretário-geral da Associação Nacional de Direito ao Crédito, defende que "o direito a uma conta bancária deve ser facilitado. O problema é em que condições, já que os serviços financeiros têm custos e os bancos nesse aspeto não facilitam". Depois, alerta, "a simples gestão quotidiana de uma conta bancária é bastante complicada, sobretudo porque as instituições financeiras têm uma política de oferta muito agressiva". Para Vinay Branjivan, da Deco, a disponibilização de uma "conta do cidadão", ou seja, uma conta a ordem de baixo custo e cartão de débito gratuito, devia ser de carácter obrigatório, tendo esta instituição já enviado uma proposta nesse sentido às autoridades competentes. L.V.

bizdirect  
a performance of doing business

Há muitas maneiras de fazer negócio, inovadora há só uma.



A Bizdirect é um HP Preferred Partner Gold que o aconselha com os produtos ou soluções da HP que melhor se adequam ao seu negócio e proporciona-lhe o acesso privilegiado a consultores especializados HP.

Saiba mais em [www.bizdirect.pt](http://www.bizdirect.pt)

2009  
Preferred Partner  
GOLD



## Translation

There are 243 thousand families in Portugal without access to bank account

***About 6.3 per cent of family units have no current accounts in Portugal, according to data obtained by PUBLICO from the INE. Signs of financial but also of social exclusion***

There are 243 thousand families in Portugal who do not have a bank account, corresponding to 6.3 per cent of the total number of family units – being excluded from the financial system with its social impact. According to the INE, which collected this data as part of an investigation into the living conditions and income of the Portuguese, 71 per cent of these families said that they did not have bank accounts because they did not need them, preferring to make their transactions in cash.

The remaining 29 per cent will be marginalised because of their absolute lack of financial capacity to open a current account, but also for being impeded from a legal point of view because of their irregular status. Meanwhile, and still according to the information collected by PUBLICO from the INE, about 51 per cent of the family units with no bank account received 4878 Euros (406 Euros per month) in 2007, a figure below the poverty line.

This indicator does not surprise the sociologist Sérgio Aires, director of the Fight Against Poverty Watch, since “it reflects the Portuguese reality, where the percentage of poor people is very high”. This data was collected by the INE between May and July 2008, but has only been available internally since September of this year. The information has been sent to Brussels and the data relating to all the Member States is expected to be made available in December. This is the first time that data has been collected in this manner by the INE, so there are no comparative details to indicate whether or not there has been a rise in this indicator. Sandra Lopes, 30 years old, is one of the many people who have no bank account. A mother of four children, the most recent of which is a baby, she has been unemployed for the last ten years.

### **Alternative finances**

She used to have her name on an account, which was held by her husband. The improper use of cheques temporarily excluded the family from the banking system, but despite Sandra Lopes now being able to open an account, she has not yet done so. “I had to go to the parish council to get a document to confirm that I was unemployed, and afterwards I had to obtain still more papers. And you need to have a decent amount of money to open and to hold an account,” she explains. Her husband has work but not a proper job: he does odd jobs on various sites and gets paid in cash. The fixed income of the family only amounts to 130 Euros of family allowances, and in a month when everything goes well, the six of them can count on 900 Euros for all their needs.

In this context, having an account is not a priority, but Sandra Lopes knows that “it would be handy for certain things”, such as “paying by instalments” for example. At the moment

she goes to her landlady with an endorsed cheque that she takes and then pays her the value in cash, which she then uses to pay the family expenses.

Paula Rocha, 50 years old, also has a past which affects her relations with the banks. Her former husband wrote a number of cheques which bounced and she was banned from having another bank account for eight years, even though she was the joint account holder. But another four years have now gone by since the end of the ban and she still continues to have no kind of contact with the banks.

Today Paula Rocha lives alone and says that she has got used to running her financial life in another way, to the point of feeling no need to open an account, except when she needs to pay for something which was not planned. In such cases, when there is no money in your pocket there is no Multibanco card to solve the problem

### **Lack of income**

Even so, it can be seen that the choice made by Paula Rocha is more of a defensive reaction than a refusal to use the financial system, something which she is planning to do in the near future. Earning her living by carrying out surveys for a market research company, Paula Rocha does not have a fixed monthly income and fears the possible results of this instability. When she has a fixed salary, she will then think of opening an account. "Perhaps in the coming year," she says.

There are those who have simpler reasons to explain this situation such as Mário Coimbra, 72 years old and retired, who lives alone and has had no bank account "for going on 20 years": "I had no money." He receives his pension cheque along with a dependant's supplement which are under 400 Euros a month, and he only has to go to a post office to collect the money. For his low outgoings and small area in which he lives, he says that a bank account "is not needed at all".

### **The minimum fight**

The existence of 243 thousand families without bank accounts shows that the use of cash is still fundamental. We are moving towards an increasingly dematerialised society which uses cards, Multibanco and the Internet, but cash continues to be the main way of making low-value payments. The State itself acknowledged the importance of this question when it created the Minimum Banking Services or Serviços Mínimos Bancários (SMB) system in 2000. With voluntary membership by the banks, the SMB came about because, according to the legislation, the failure to hold an account was an obstacle to obtaining goods and services and "a factor of social exclusion or stigmatisation". At the same time, it noted that holding a bank current account and a debit card were "needs of an essential nature". But, nine years later, its effectiveness is still low.

### **European problem**

The question of financial exclusion, as Sérgio Aires underlines, is a matter which has been debated in Europe, and this sociologist states that a person should not be refused access to a bank account simply because he does not have a particular fixed income. José Centeio, secretary-general of the National Association of Right to Credit (linked to microcredit), considers that "changes in society have introduced behaviours

into the people's daily life which lead to those without access to financial services, however minimal, feeling truly excluded".By prohibiting access, "we are stopping that person or family unit from accessing services which are not only financial," he says. And he gives the example of banks with "products to be used by children and adolescents and programs which help these people to manage their money: it is something positive, but which introduces differentiation even at school". Nowadays, he concludes, "not having access to an account leads to exclusion which is not only financial".

### **Financial exclusion**

6.3% of families in Portugal have no bank account, i.e. 243 thousand families 71% of the families with no account told the INE that their main reason is "not needing one", preferring cash transactions. 51% of the families without a bank account live on just 406 Euros per month, below the poverty line. 8 banks joined the low-cost Minimum Banking Services (SMB) system, created in 2000. But in 2008 there were two banks that did not have accounts of this type. 763 "live" accounts were created under the SMB, according to data in 2008 from the Bank of Portugal.

### **Minimum Banking Services**

#### **The Bank of Portugal says that there is a "general unawareness".**

In 2000, the State created a mechanism giving access to low-cost Minimum Banking Services with voluntary membership on the part of the financial institutions. Eight banks, representing 95 per cent of the retail banking system in Portugal, joined the project.

At the end of last year, however, there were only 763 "live" accounts, according to the behavioural supervisory report from the Bank of Portugal. In 2007, there were 1841. The banks explained this reduction by the changeover from these accounts to other types of deposits, 1122 being reclassified. Another 27 were closed for non-compliance with the minimum rules, and 85 were cancelled by the holders themselves. In 2008, 158 accounts were also opened under the Minimum Banking Services (SMB) system, divided between only two banks, which shows that not all of the system's members are promoting this initiative. Looking at the Bank of Portugal data, 69 per cent of the SMBs are concentrated in a single institution (not identified) and, moreover, there are two banks which did not have even one "live" account in 2008. For the Ministry of Finance, the SMB system is "an important instrument for the protection of banking customers with low incomes, particularly regarding the possibility for them to benefit from a more favourable system in terms of bank account charges". The ministry, headed by Teixeira dos Santos, maintains that it complies "fully with its original proposal – the protection of bank customers with lower incomes".

Nevertheless, an official source has told PUBLICO that the Bank of Portugal has already been asked for "a situation report on the application of the system", and that based on this evaluation it will consider "the adjustments which prove necessary to ensure full compliance with the interests of consumers".

### **The Deco wants a citizen's account**

The “fight against financial exclusion has been one of the priorities” of the Bank of Portugal, says an official source in this institution. “In connection with the control of the practices of financial institutions belonging to this system, the Bank of Portugal has been issuing specific recommendations and decisions for the punishment of any irregularities detected”.

There was even one bank, whose name was not revealed, which charged excessive commissions, afterwards being obliged to return the money to the customers, worth 14,300 Euros. The same source emphasised that, despite the various institutions participating in this system “representing a significant share of the market, there is very little use being made of it by bank customers”. The low rate of use of the SMBs can be explained, at least partially, according to the institution headed by Vítor Constâncio, by the restrictions imposed by the present system, such as the exclusive access to non-holders of other bank accounts and the requirement of a minimum credit balance (€ 29.80).

Nevertheless, for the Bank of Portugal, “one of the greatest obstacles to the use of the SMB system may be the general lack of awareness of citizens of its existence and method of operation, due to insufficient promotion of it – particularly by the member institutions”. José Centeio, secretary-general of the National Association of Right to Credit, says that “the right to hold a bank account must be facilitated. The problem is one of conditions, since all financial services have costs and the banks are not making things easy in this respect”.

He then points out that “the simple daily running of a bank account is a complicated task, particularly because the financial institutions have a very aggressive offering policy”. For Vinay Pranjivan, of the Deco, the availability of a “citizen’s account”, or in other words a low-cost current account with a free debit card, should be obligatory, and his institution has already sent a proposal along these lines to the competent authorities. L.V.

## Winner AV

**Filomena Barros**

**Report title: "Combóio dos direitos" ("Train of the rights")**

**Published in: Rádio Renascença, 20/06/2010**

Maria Filomena de Barros Ferreiro Frederic is a journalist from Rádio Renascença (Portuguese Catholic broadcaster) for 20 years. She attended the course of Journalism in University Nova de Lisboa. While professional media already followed the areas of defence and education, and this year 2010 she has been reporting the initiatives of the European year for combating poverty and social exclusion.

### **Summary: "Combóio dos direitos" ("Train of the rights")**

This story reports the train trip of 600 primary school students to Lisbon to enjoy a different afternoon. The initiative was intended to debate children's rights within the context of the fight against poverty and social exclusion. Children testimony is considered to be important within the national strategy to fight poverty.

This initiative took place on the 16th of June, 2010, and the report was aired on the 20th of June, 2010, in the programme "Princípio e Fim" of Rádio Renascença.

The national winners were selected by a national jury which consisted of:

- Ricardo Rodrigues, Journalist
- Sérgio Aires, EAPN (NGO)
- Fernanda Freitas, National Ambassador
- Edmundo Martinho, Coordinator of the EY2010
- Ana Rita Moura, EC Representation